

Em busca dos códices alcobacenses perdidos

É sabido que o Fundo de Alcobaça guardado na Biblioteca Nacional de Lisboa, e que compreende actualmente 456 códices¹, não esgota o acervo real algum dia reunido na livraria de mão daquele mosteiro cisterciense.

Não corresponde sequer ao inventário do *Index Codicum* de 1775², e as lacunas não ficariam sanadas mesmo se lhe adicionássemos o conjunto de códices alcobacenses mantidos, por rotina algo inexplícável, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo³.

¹ Cfr. *Inventário dos Códices Alcobacenses*, Lisboa, 1930-32 (Tomos I-V), 1978 (Tomo VI — Índices).

² *Index Codicum Bibliothecae Alcobatiae*, Lisboa, 1775. Embora apareça anónimo, sabe-se que quem presidiu ao trabalho foi Fr. Francisco de Sá (que viria a governar a Congregação de Alcobaça de 25 de Fevereiro de 1777 a 21 de Setembro do mesmo ano). No entanto, este deve ter-se limitado a verter para latim as notas tomadas por uns outros três monges da província, um dos quais irmão leigo. A iniciativa da organização de um inventário da livraria manuscrita partira do Abade D. Manuel de Mendonça, o qual pretendia nomear também Fr. Manuel de Figueiredo «auxiliário do director da empreza»; este, em carta (não datada na cópia — BNL, Cod. 1480, fol. 72) dirigida ao Abade, alegando falta de competência da sua parte e de apetrechamento da biblioteca de Alcobaça em obras de consulta, parece declinar o convite. Outras tentativas haviam surgido anteriormente. O *Index* fala de um monge de Alcobaça que nisso trabalhou em 1766. Fr. Júlio da Conceição fez também uma recolha de títulos. Bibliotecários como Fr. Benedicto de S. Bernardo (1690) e Fr. Manuel dos Santos recolheram, muito embora sem crítica suficiente, notícias recebidas por tradição. As notícias do primeiro foram transmitidas ao P. Francisco da Cruz, S. J., que as solicitara, e através deste foram divulgadas sobretudo por Barbosa Machado na *Biblioteca Lusitana*. Cfr. FR. FORTUNATO DE S. BOAVENTURA, *Commentariorum de Alcobacensi Manuscriptorum Bibliotheca Libri Tres*, Coimbra, 1828, pp. 14 ss.; BNL, Cod. 1480, fol. 72; BNL, Cod. 1490, fol. 240 r. Fr. Fortunato, *op. cit.*, haveria de sujeitar o trabalho dos seus confrades a uma crítica qualificada, cujo rigor nos causa admiração e que espera ainda um complemento num Catálogo futuro deste importante Fundo Alcobacense. Também Fr. Manuel de Figueiredo não deixara passar em claro os erros transcritos para a *Biblioteca Lusitana* e legou-nos um trabalho de revisão que importaria não esquecer por mais tempo na suas *Correcções e adições respectivas aos Escriptores Cistercienses de que trata o Abade Diogo Barboza Machado na Bibliotheca Luzitana*, (BNL, Cod. 1490, fols. 178 ss.).

³ São ao todo oito códices. A sua permanência no A.N.T.T. não tem qualquer justificação plausível. A reunião com os da B.N.L. é exigida pela própria natureza das duas instituições já que a esta pertence o depósito de livros (e convirá lembrar que um

Um total de 21 códices registados no *Index* não deu entrada nem num lado nem noutra. As causas não se devem procurar apenas na incúria quando do transporte da livraria para Lisboa nem nos desmanchos da população local, quando da entrada tumultuosa no mosteiro no momento da revolução liberal⁴.

Anos antes, já o próprio bibliotecário do mosteiro, Fr. Vicente de Jesus Cogominho, testemunhava⁵ que a livraria de mão, conservada à data numa secção especial da Biblioteca, e protegida com gradeamentos, continuava exposta a extravios, como, de resto, sempre o estivera, mesmo quando se montara uma secção independente para a conservar junto do Arquivo⁶.

Do códice CCXLIX, constituído por uma tradução portuguesa do Antigo Testamento, atesta Fr. Vicente que Mestre Fr. Fortunato de S. Boaventura o levara para o Convento de S. Bernardo de Coimbra, onde se achava.

No registo do cod. CCCCLXVI («Compêndio das Crónicas dos Reis de Portugal até D. João III, por Cristóvão Rodrigues Azinheiro, de Évora») anota: «Acha-se na Academia Real das Ciências de Lisboa para onde foi cedido emprestado por conta da Secretaria da dita Academia quando esta meditava dar à luz obras inéditas das autoridades portuguesas, com promessa de o restituir a este Archivo, () de Fevereiro de 1823».

códice não é mais que um livro manuscrito organizado em cadernos e àquele ficam reservados os documentos avulsos. De resto, o estudo conjunto, sistemático e comparativo, bem como a preservação de um todo que esteve junto na origem, pedem que se proceda a tal reunião, como aliás vem acontecendo em casos semelhantes e não é inédito no nosso próprio país.

⁴ O levantamento liberal dá-se em Alcobça a 16 de Outubro de 1833. «O saque durou onze dias. (...) Os soldados duma divisão francesa que estava em Peniche e que acudiu aos gritos dos revoltosos foram os que mais prejudicaram o mosteiro. A livraria foi na maior parte dividida por eles, sendo-lhes ainda apreendidos nas Caldas muitos livros de grande importância». M. VIEIRA NATIVIDADE, *O mosteiro de Alcobça*, Coimbra, 1885, pp. 181-2. Cfr. M. J. PINHEIRO CHAGAS, *Dicionário Popular*, Lisboa, 1876-90, s. v. «Alcobça». Existe na B.N.L. um ofício dirigido pelo Administrador do Concelho de S. Martinho do Porto ao Vice-Secretário da Comissão Administrativa do depósito das Livrarias dos extintos Conventos e datada de 24 de Abril de 1839, em que se dá conta da existência naquela data, no Armazém Nacional da Administração dos Pinhais Nacionais de Leiria, de «onze estantes que pertenciam ao extinto Mosteiro de Alcobça, cujas estão em arranjo, bem acondicionadas». (BNL, ms. 225, n.º 151).

⁵ Existe na B.N.L. (Reservados) o exemplar do *Index Codicum* utilizado na Biblioteca de Alcobça e anotado sucessivamente por Fr. Vicente de Jesus Cogominho e por Fr. Fortunato de S. Boaventura.

⁶ Cfr. descrição da livraria manuscrita em Fr. MANUEL DOS SANTOS, *Descrição do Real Mosteiro de Alcobça*, B.N.L. Alc. 307, fols. 1-35, ed. Aires Augusto Nascimento, Alcobça, 1979, pp. 62 ss.. Advirta-se, todavia, que posteriormente se mudou o lugar da mesma livraria, como de resto refere uma anotação aposta ao mesmo texto, (cfr. *ib.*, p. 56). Cfr. igualmente Fr. FORTUNATO DE S. BOAVENTURA, *Commentariorum...*, p. 14.

Sobre o cod. CCCXXIV refere: «Por aviso de Luis da Fonseca Balsamão, Secretário d'Estado dos Negócios do reino mandou o Príncipe Regente D. João levar à dita Secretaria o Codex 324 que falta neste Archivo».

Mas também no *Index* se haviam registado códices que não pertenciam à Livraria de Alcobaça. A respeito do cod. CCCLXXIV aponta o mesmo bibliotecário: «Este códice era do Mosteiro das Religiosas de Lorvão que por engano se descreveu neste Index e há muitos anos se lhe restituiu; razão por que falta»⁷.

O cod. CCCXVI, que era constituído por um *Livro de Horas*, fora «fechado na gaveta da banca da Livraria no Gabinete de Ms.», e o zelo em resguardá-lo terá contribuído, paradoxalmente, para o perder, desgarrando-o do conjunto.

Também relativamente ao cod. CL (um ritual) anotou o mesmo Fr. Vicente Cogominho: «falta não sei há que anos nem em que mão pára».

Informação semelhante existe para os cods. CCCL-CCCLII: «Acha-se uma falta dos códices 350, 351, 352, e do 374; não sei há quanto tempo faltam nem tenho notícia onde pára». Uma ressalva posterior indica que «o 374 restituiu-se a Lorvão, onde pertencia».

As informações de Fr. Vicente Cogominho foram verificadas por Fr. Fortunato de S. Boaventura, o qual corrige duas anotações do seu confrade. Apontava este que o cod. CCCCLXXV faltava. Fr. Fortunato anota: «existe no seu lugar»; é, de facto, ainda hoje o Alc. 297 da BNL. Do cod. CCCCLXXVI dizia a nota de Fr. Vicente: «falta; não sei onde pára nem o ano em que faltou». Fr. Fortunato emenda: «existe no seu lugar e procedeu o engano de ter ficado atrás de outros na estante respectiva».

Dos 476 códices descritos no *Index Codicum*, deram entrada na Biblioteca Nacional de Lisboa 447 (dos quais dois com cota idêntica — 274). Faltavam pois 29. Se deduzirmos os que já faltavam em Alcobaça (sete), e os que ficaram na Torre do Tombo (oito), passa a 14 o número dos desaparecidos sem que tivesse ficado notícia. Contam-se entre eles: 2 missais, 1 ritual, 1 processional, 1 volume de sermões de S. Agostinho, 2 outros livros de sermões, 1 suma de sentenças de autores notáveis, 1 volume de Fr. António Brandão, e outros de menor importância.

⁷ Encontra-se hoje no ANTT (Casa Forte, n.º 92). O *Index* considera-o do séc. XII; contém Testamentos, Doações e Vendas do Mosteiro de Lorvão.

A este número de extraviados, haverá que acrescentar dois outros códices que desapareceram já na Biblioteca Nacional, na década de quarenta: os Alc. 64 e 132.

2. Entre os códices dados como perdidos aponta-se um grupo de três (cotas CCCL-CCCLII) com a obra de Flávio Josefo, cujo desaparecimento assinalado já por Fr. Vicente de Jesus Cogominho mereceu a Fr. Fortunato de S. Boaventura estes comentários: «He bem para lastimar a perda dos códices 350, 351, 352, que forão escritos pelos fins do seculo treze, ou principio de quatorze, e que continhão huma versão completa das obras de Flávio José. Erão de letra excellente, e a versão latina diversificava das que correm impressas. Foi vista e examinada pelo A. do Index, que nos deixou memoria de que no fim do Cod. 351 se lia huma breve discussão sobre as passagens daquelle A., que dizem respeito a Jesu Christo, e a S. João Baptista. Daqui se vê o que erão de importantes estes Códices, e presumo que forão roubados pela Divisão Franceza, que incendiou o Mosteiro de Alcobaça». Nos *Commentariorum...*, exprime-se ele de maneira semelhante: «mitidissimus codex operum Flavii Josephi a Gallis fortasse monasterium Alcobacense anno 1811 diripientibus, vel, quod probabilius est, ad Gallias transmissus»⁸.

Desde então, estes três códices têm sido considerados como perdidos. No entanto, um registo feito pelo Conde de Tovar, no *Catálogo dos Manuscritos Portugueses ou relativos a Portugal existentes no Museu Britânico* traz-nos uma informação preciosa que não pode deixar dúvidas quanto à origem de três códices, ali existentes, com a obra de Flávio Josefo (B. M., Add. 22:859 — 22:861). Lê-se efectivamente aí: «são 3 vols. in fº gr. com folhas de pergaminho. Texto em duas colunas. Maiúsculas iluminadas. Séc. XIII. Na primeira folha, volume I, há uma nota mais moderna dizendo que o autor é «Fr. Damianus d'Obidos, monachus Alcobacensis»⁹.

Quem está habituado a reparar nas folhas de guarda introduzidas no séc. XVIII, provavelmente quando se organizou o *Index Codicum*, advertirá imediatamente na coincidência formal daquela notícia

⁸ Os passos citados são respectivamente de Fr. FORTUNATO DE S. BOAVENTURA, *Historia Chronologica e Crítica da Real Abbadia de Alcobaça*, Lisboa, 1827, p. 61, e *Commentariorum...*, pp. 11-12.

⁹ A referência é da ed. de Lisboa, 1932, pp. 170-1.

com a dos outros códices alcobacenses¹⁰. A confirmação vem do próprio *Index Codicum*, onde, de facto, se aponta também Fr. Damião de Óbidos como autor daquela obra. A comprovação vem ainda do *Index Alfabético dos nossos Escriutores* (BNL, Cod. 1494, doc. 43) deixado por Fr. Manuel de Figueiredo, e onde se lê: «Fr. Damião de Obidos, monge de Alcobaça, natural de Obidos escreveu tres grandes volumes em pergaminho em que se conthêm 'As Obras de Josepho, *De Antiquitatibus*, 1.^a e 2.^a parte, e *De Bello Judaico*'».

Não serão necessárias certamente mais provas para reconhecer que estamos perante os exemplares saídos da Biblioteca manuscrita de Alcobaça.

3. Um outro códice dado como perdido é o citado no séc. xvi por João Vaseu¹¹.

Ao estudar a transmissão textual do *Chronicon* de João de Valclara, o Prof. M. C. Díaz y Díaz, com experiência autorizada, escrevia a seu respeito: «El manuscrito fue descubierto por Vaseo en Alcobaça, quizás indirectamente; lo disfrutó antes de mediar el siglo xvi en Toledo, donde parece que lo copió también Vázquez del Mármol. ...) Poco tiempo después, ignoramos por qué azares, el manuscrito ue destrozado, apareciendo unos decenios más tarde en Alcalá los mismos folios, según el preciso testimonio de Pérez»¹². Em nota, depois de aduzido o testemunho deste último erudito, acrescenta-se: «Esto nos sitúa unos quince o veinte años después de la aparición en Salamanca de la obra miscelánea de Vaseo de Brujas (primera edición, 1552); quizás ella llamó por desgracia la atención sobre el manuscrito y excitó la codicia de alguien que lo robó de Alcobaça».

Importará, primeiramente, não levar o texto de Vaseu a dizer mais do que ele contém, nem mais certamente do que o próprio Prof. Díaz y Díaz quis significar¹³. Não foi Vaseu quem descobriu

¹⁰ Dados como este obrigam-nos a não aceitar sem crítica informações genéricas como: «Nous avons trouvé en France de magnifiques reliures aux armes du monastère» (Dom Maur Cochéril, *Routier des Abbayes Cisterciennes du Portugal*, Paris, 1978, p. 243).

¹¹ JOHANNES VASABUS, *Chronici Rerum Memorabilium Hispaniae Tomus Prior*, Salamanca, 1552, fols. 10r, 10v, 76r, 81v, 82r, 99r, 114r, 114v, 121r, 121v.

¹² O estudo publicado inicialmente em *Analecta Sacra Tarraconensia*, 35, 1963, pp. 57-76, foi incluído na colectânea *De Isidoro al Siglo XI — Ocho estudios sobre la vida literaria peninsular*, Barcelona, 1976, onde ocupa as pp. 119-140, sob o título «La transmisión textual del Biclarense». Citamo-lo a partir daqui, particularmente p. 136.

¹³ Esta observação tem sentido para uma cadeia de dependências que se podem já rastrear quanto à formulação do Prof. Díaz y Díaz. Cfr., a título de exemplo, a tese, de resto modelar, de CRISTÓBAL RODRÍGUEZ ALONSO, *Las Historias de los Godos, Vandalos y Suevos de Isidoro de Sevilla*, Leão, 1975, p. 136, onde se refere ao Alcobacense.

o códice alcobacense, pois ele foi-lhe indicado por Jorge Célio, secretário do Cardeal Infante D. Henrique e superior do Mosteiro de S. Jorge, perto de Coimbra¹⁴.

Que o códice era importante para o trabalho que o erudito humanista se propunha não há que duvidá-lo, se atendermos às múltiplas citações que ocorrem ao longo do seu texto, ou juízos de valor por ele formulados a seu respeito (*sine quo libro irritus in hoc negotio conatus meus futurus erat*, 10r; *mihi fuit huius instituti prora et puppis*, 10v).

Os monges de Alcobaça, por seu lado, cedem o códice, «*quanquam iussu et auctoritate praedicti Principis (scil. D. Henrici Cardinalis), tamen non inuiti*», o que, qualquer que seja o alcance a dar à expressão do humanista, deixa supor não o terem dispensado sem as devidas precauções para o acautelarem, e apenas a mandado do seu Abade Comendatário. Assim se compreende que J. Vaseu não tenha conservado o códice todo o tempo que demorou a redacção da obra, como dão testemunho as suas próprias palavras: «*D. Henricus Cardinalis (...) Alcobaciensem codicem ex monasterio illo suo bis mihi iussit adferri*»¹⁵ Se Vaseu algum dia o levou para Toledo (o que nos parece carecer de prova), não era de supor que o códice pudesse ter ficado pacificamente nessa cidade sem ter sido reclamado.

Na realidade, esse códice foi visto por F. Hieronimo Román, na sua visita ao Mosteiro de Alcobaça, em 1589¹⁶, e estava ainda em Alcobaça no primeiro quartel do séc. xvii, como se pode comprovar por uma nota de Fr. António Brandão deixada nos apontamentos preparatórios da *Terceira Parte da Monarchia Lusitana*¹⁷. No Alc. 116, fol. 310v, junto da transcrição da *Chronica Gottorum*, existe uma nota marginal, do punho daquele cronista alcobacense, onde se lê: «*Alcobaça em hum livro de mão que tem por titulo Summa Chroni-corum Eusebij Caesariensis, o qual eu vi e ha poucos anos que desapareceo*». Na edição impressa¹⁸, como se compreende, não figura este último inciso, que, no entanto, é precioso para a história do códice.

Quanto ao conteúdo de tal códice, uma outra anotação do mesmo Fr. António Brandão, ainda no Alc. 116, fol. 311r, informa:

¹⁴ J. VASEU, *op. cit.*, fol. 10v.

¹⁵ *Ib.*, fol. 10r.

¹⁶ Cod. 686 da Col. Pombalina da B.N.L., fol. 178. Cfr. mais abaixo, nota 26.

¹⁷ Sairia impressa em Lisboa, 1632.

¹⁸ Foi publicada em apêndice à *Terceira parte da Monarchia Lusitana*, Lisboa, 1632, fols. 271 ss.

«*Alcob. in codice magno cui titulus Summa Chronichorum Euseb. Caesariensis. Contem o Tonnutense, o Abbade de Valclara, Severo Sulpicio, Idacio e outros.*»

A coincidência destas indicações com as de J. Vaseu é patente. Por isso haverá que concluir que o desaparecimento deste códice da biblioteca de Alcobaça se ficou devendo a pessoa desconhecida, e o furto terá ocorrido enquanto Fr. António Brandão procedia à recolha de elementos para a sua obra. Na verdade, a transcrição manuscrita da *Chronica* tem sinaletas precisas do que era tomado do nosso Alcobacense e do que correspondia a um outro de Santa Cruz de Coimbra (do qual se assinala em paralelo com as indicações fornecidas para aquele: «S. Crux in codice magno. Contem Homilias de S. Agostinho supra Evangelia. Foi escrito era 1177. Contem algumas cousas desta Chronica assi como tambem o d'Alcobaça mas não tudo» — Alc. 116, fol. 311r). Umas e outras variantes são ajustadas ao texto tomado de um manuscrito que fora «de Mestre André de Resende e tem em seu poder o Chantre d'Evora, Manoel Severim de Faria»¹⁹.

Que descaminho terá levado este códice, a partir da data em que o pôde consultar em Alcobaça Fr. António Brandão? Se nos faltam elementos para podermos identificá-lo nos Fundos de Biblioteca, fica-nos, pelo menos, mais uma indicação para a história da Livraria de mão do Mosteiro de Alcobaça²⁰.

4. Quantos, quando e como desapareceram os códices que se foram estratificando nas prateleiras da biblioteca deste mosteiro?

¹⁹ Não atendendo ao manuscrito de Fr. António Brandão, o editor dos *Portugaliae Monumenta Historica* não só elimina as referências ao Alcobacense existentes na edição da *Terceira Parte da Monarquia Lusitana* como supõe erradamente que o *alias* que aí figura possa ser uma remissiva para A. de Resende, quando, pelo menos para as duas notas apostas na p. 8 se trata de variante em que o Alcobacense e o Conimbricense estão de acordo. Não insistiremos aqui nessas variantes, mas importará não as esquecer.

²⁰ Pelo que fica dito, confirma-se o que deixara escrito Fr. Fortunato de S. Boaventura (*Commentariorum...*, p. 12) e fora retomado por P. DAVID, *Etudes sur la Galice et le Portugal du VIe au XIIe siècle*, Lisboa, 1947, pp. 263-4. Confirma-se igualmente a suspeita do Prof. Díaz y Díaz acerca da existência de um códice gémeo do Alcobacense (*op. cit.*, p. 138, n. 54). Importará todavia clarificar algo que possa ser menos transparente. Segundo P. David, o cod. 134 da Biblioteca da Faculdade de Direito de Madrid transcrito por Florez não apresenta variantes relativamente ao códice de Santa Cruz de Coimbra (BPMP, 23). Ora no registo dado por Fr. António Brandão tais variantes existem e estão por ele assinaladas. A coincidência entre o Complutense (editado por Florez) e o Conimbricense (editado por Pierre David, por ex.) exclui a identidade entre o Alcobacense e o Complutense e obriga a supor que os fragmentos (4 fólhos) existentes em Madrid (Bibl. Academia da História, 81) e os outros (2 fólhos) de Londres (British Museum, Egerton 1934) não pertencem ao Alcobacense.

Fr. Fortunato de S. Boaventura²¹, numa intenção clara de defender o seu confrade Bernardo de Brito, fazia-se eco das acusações dirigidas contra Filipe I de ter levado para a Biblioteca do Escorial espécimes importantes e preciosos de códices alcobacenses²². Não é fácil todavia provar tais insinuações. A história do códice anterior é talvez também um argumento desfavorável a tal suspeita.

Fr. Manuel dos Santos, em 1716, insiste no desaparecimento de códices citados por Fr. Bernardo de Brito e pelos P.^{cs} Mestres Brandões. Mas, ao mesmo tempo, assegura que a livraria de mão «tem ainda quinhentos e tantos corpos ou volumes; porque eu quando a passei não contei alguns missaes, breviarios e outros deste genero»²³.

É, sem dúvida, interessante aproximar este número fornecido por Fr. Manuel dos Santos de um outro apontado por Fr. João Claro, nos fins do séc. xv²⁴. Escreve este a el-rei, do Convento de Alcobaça: «A sacristia, que oje he e a Livraria que lhe corresponde da parte da claustro, teem hua parede no meo que as reparte; podem-se ergo fazer na sacristia armarios muito honrados como os do Convento de Tomar pera goardar muitos ornamentos e tapeçaria, mayormente que stá esta sacristia antiga muito ocupada com archas e armarios matriaes do tempo velho, e feitos os novos parecerá em sy mais longa e larga. A livraria que lhe corresponde e donde ho convento toma cada dia os livros para star em liçã, se lhe fizerem tavoas mais bastas que aquellas, que por hora sã, caberam sobre elas mais de VI centos livros e tantos nom tem Alcobaça; tem livros antigos muito verdadeiros e muito solemnes; e se vossa Alteza mandar poer outros todos caberam em esta livraria, de que fallo, que stá segundo a ordem; a qual por star em claustro cuja chave tem sempre ho cantor, pode della facilmente aver livros quem os ouuer mester e se vem alguu hospede letrado, nom ha y dificuldade pera lha logo nom abrirem. Tambem quem

²¹ Fr. FORTUNATO DE S. BOAVENTURA, *Commentariorum...*, pp. 12-14, entre outros passos, e *Index Codicum*, «Praefatio».

²² Que, de facto, Filipe I tenha levado livros iluminados de Portugal para Espanha pode deduzir-se de uma carta de 4 de Junho de 1552 dirigida a uma das suas filhas, escrita de Lisboa: «decidelo así y que tengo libros de pinturas que llebarle quando baya». M. GACHARD, *Lettres de Phillippe II à ses filles*, Paris, 1884, p. 175, cit. ap. SOUSA VITERBO «A Livraria Real especialmente de D. Manuel», *Memorias da Academia Real das Ciências de Lisboa*, n. s., 2.^a cl., T. IX, 1902, parte I, p. 2.

²³ *Op. cit.*, p. 63.

²⁴ Embora a carta não esteja datada, recorde-se que ele é prior de Alcobaça entre 1492 e 1495.

teuer liuros de seu, tem-nos em sua cella ou lecto pera que de dia e de nocte stude per elles quando quiser, e nom he necessaria outra livraria»²⁵.

Se o número de referência (seiscentos) utilizado por Fr. João Claro pode servir de base para alguma dedução sobre a quantidade de códices alcobacenses existentes no seu tempo, teríamos de concluir, e não obstante uma informação algo genérica de Fr. Hieronimo Román²⁶ que desde o início do séc. XVI até ao início do séc. XVIII (momento em que Fr. Manuel dos Santos escreve) o número se mantivera mais ou menos constante.

Em contrapartida, no Fundo Alcobacense que hoje resta, os códices alcobacenses anteriores ao séc. XVI pouco ultrapassam o número de trezentos.

Quererá isto dizer que entre 1716 e 1775 (data do inventário publicado no *Index Codicum*) se perdeu uma quantidade de códices em pergaminho quase tão grande como aquela que possuímos? Impossível responder sem qualquer inventário que possa pôr-nos na pista da sua identificação. O *Index e Summario dos Livros que contem esta Livraria de Alcobaga*²⁷ organizado em 1656 por Fr. António de Araújo de pouco servirá, pois a arrumação é por autores, em ordem alfabética, e por assuntos, e não distingue entre manuscritos e impressos.

²⁵ Transcrevemos de SOUSA VITERBO, *loc. cit.*, p. 67-8.

²⁶ Fr. Hieronimo Román, *La Historia del Religiosissimo y Real Moesterio d'Alcobaga de la Orden de Sant Bernardo*, BNL, Pombal. Cod. 686, fol. 178: «Por el un lado del dormitorio antiguo a mano izquierda ai una grande pieza i muy espaciosa adonde esta la libreria con menos curiosidad de lo que mereçen los que alli estan guardados. De los pocos libros que alli ai i maltratados se colige que ubo antiguamente gran libreria. Es toda de mano i pergamino saluo unos pocos libros impresos. (...) Dos dias gaste en uer quantos libros auia i alle ricos codices de sanctos doctores y algunos autores que nunca fueron impresos. Aqui ui a Paulo Diacono Emeritense, aquel que alega muchas veces el Maestro Ambrosio de Morales en su Historia de los Reyes Godos, la qual yo le empreeste otro tiempo aunque no me pago la buena obra que le hiçe en la moneda que suelen pagar los scriptores unos a otros, y sepan que aquel libro fue mio y yo se lo comunique. Iten estan aqui unas epistolas decretales de Urbano Segundo, la Historia del Papa Calixto de las cosas del Apostolo Santiago, y asi otros que yo se les dexe apartados para que los guarden por memoria, y plega a Dios que ellos los stimen como lo mereçen que por no auer tenido cuenta con esto se an perdido muchos originales con que el conuento ganara opinion de curiosa y quedaramos los estudiantes mas aprovechados». Como dissemos acima, a descrição do Mosteiro de Alcobaga por Fr. Hieronimo Román é datada de 1589; foi publicada, a partir do códice da BNL, por VERGÍLIO CORREIA, «Uma descrição quinhentista do Mosteiro de Alcobaga», *O Instituto*, vol. 77, 1929, pp. 529-49. Existe cópia deste códice, com actualizações de grafia possivelmente do séc. XVIII, na Biblioteca de Ajuda, ms. 51-VI-17.

²⁷ B.N.L., F.G. 8388. Dele se serve Fr. Manuel dos Santos para a descrição do edifício material da livraria comum. Cfr. *op. cit.*, pp. 67 ss.

Se se perderam no decurso de meio século, quais as causas? Por outro lado, onde param os códices de outras casas cistercienses, do Bouro²⁸, por ex., ou do Colégio de S. Bernardo (ou do Espírito Santo) de Coimbra, por onde passaram os monges mais notáveis da Congregação de Alcobaça? No estado actual da investigação mais não podemos fazer que levantar questões. Oxalá algum dia possamos ter mais elementos para uma resposta satisfatória.

AIRES AUGUSTO NASCIMENTO

²⁸ Suprimido em 1834, por estranho que pareça só em 1917 os restos do seu Fundo foram incorporados no Arquivo Distrital de Braga. Um dos antigos códices da sua livraria encontra-se no Fundo Alcobacense (Alc. 85; datado de 1558).